



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 17 DE MAIO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Carlos Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 11 horas e 30 minutos.

A Comissão das Obras Públicas e Recursos Naturais, 4.ª Comissão, auscultou o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste (Alfredo Pires) sobre as experiências de exploração do petróleo

e a gestão desse recurso nas infra-estruturas e desenvolvimento sócio-económico desse país irmão.

Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Cecílio Quaresma (ADI) e Carlos Pinheiro (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 12 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente** (Albertino Bragança): — Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pinheiro
Cecílio Quaresma do Sacramento
Hélder Paquete Lima
Roberto Patrício das Neves Lombá

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe /Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Dionísio Fernandes Leopoldino
Deolindo da Mata
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Manuel **Marçal** Lima

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Bragança

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado de Timor-Leste, é com muito gosto que o recebemos à si e à sua equipa na 4.^a Comissão da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, a Comissão das Obras Públicas e Recursos Naturais e que também abarca o petróleo e a comunicação.

Timor é um país nosso conhecido há muitas décadas e temos acompanhado com fervor e com um espírito de grande solidariedade todos os acontecimentos que antecederam à vossa independência.

Conhecemos alguns dos vossos líderes e temos um grande apreço pela vossa terra e pelo vosso povo. Também temos convivido com os Deputados de Timor-Leste a nível de Assembleia Parlamentar da CPLP. Eles têm vindo sempre e conhecemo-nos aqui, em Portugal e mesmo no Fórum Parlamentar de Língua Portuguesa.

Mas, é a primeira vez que recebemos uma delegação a esse nível na 4.^a Comissão. Daí, o gosto pela estreia, esperando que este encontro possa reforçar os laços entre os nossos dois países e povos. De maneira que para nós é um grande prazer vos receber

Posto isto, passo a palavra ao Sr. Alfredo Pires, Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste.

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste** (Alfredo Pires): — Muito obrigado Presidente da 4.^a Comissão, Sr. Albertino Bragança. É um grande prazer, pessoalmente, mas também como chefe da Delegação timorense. Finalmente, pusemos os nossos pés aqui. Este encontro já devia ter acontecido no ano passado, mas por razões alheias à nossa vontade, não foi possível.

Isso veio por várias razões, mas mais concretamente no nosso envolvimento no EITI (Extractive Industries Transparency Initiative) e o pessoal de São Tomé que se encontrava em fóruns internacionais, houve conversações, mas isso é uma parte a outra parte eram os laços históricos que Timor-Leste não se pode esquecer, sobretudo, o esforço dos países de África de expressão portuguesa. Mas também sabemos que São Tomé e Príncipe sempre esteve interessado na história de Timor-Leste. Por exemplo, quando as delegações de São Tomé iam para Argélia ou outro país, sempre tocavam no assunto de Timor-Leste e não se compreendia porquê.

Hoje temos uma história muito semelhante em relação ao petróleo e Timor-Leste tem avançado um bocadinho e surgiu a ideia para virmos cá e trocarmos impressões e ver várias experiências, o que é semelhante e onde nós podemos ajudar uns aos outros.

Trouxemos também um papel para uma merenda *handstanding* e para mim vejo que é uma merenda mais de amizade do que coisas muito técnicas ou comerciais. Estamos numa fase de implementação dos acordos e tratados, principalmente, nas áreas conjuntas e aquilo está muito interessante, principalmente, quando os tratados e os acordos mesmo os contratos de partilhas de produção não dizem muita coisa.

Então, há muita coisa para ser negociada. Ali, Timor-Leste tem que ter experiência e outra coisa que esperamos é que haja alguém aqui com experiência, porque no mundo de petróleo quanto mais experiência, melhor. Aquilo é tão complexo e estamos abertos, se alguns técnicos são-tomenses jurídicos que querem participar nos nossos encontros de negociações, para eles sentarem e observar os problemas que estamos a enfrentar, estamos abertos

Já tive encontro com o pessoal de Departamento de Recursos Naturais e Obras Públicas e também com o pessoal de Área Conjunta. Tivemos uma pequena troca de impressões com os nossos técnicos, já vimos os acordos e estamos a ver que vamos passar por coisas semelhantes. Estamos a passar as ligações com os

companheiros, o Timor-Leste também hoje faz parte de *Board* internacional de EITI no mecanismo de transparências.

Vimos que São Tomé teve alguns problemas e somos também parte de *Board*, e então, vimos ver como é que nos podemos ajudar nessa área. Porque, em termos de países de expressão portuguesa, talvez somos os únicos três países a fazer parte do *Board*: São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor-Leste. Mas é um processo bastante interessante e Timor-Leste, hoje em dia, não só estamos com EITI, mas já estamos a fazer umas coisas muito mais do que EITI em termos de boa governação.

O fundo petrolífero é a mesma coisa que temos que também podemos partilhar experiências como é que estamos a investir o dinheiro e como é que está todo o processo. E também temos uma relação forte com a sociedade civil, que pode ser complicado muitas vezes, mas é um processo que temos que discutir. Estas são breves palavras de introdução, é um grande prazer estarmos aqui.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, muito obrigado pelas suas palavras. Queria dizer-vos que a vossa visita é um grande estímulo para São Tomé e Príncipe.

Como sabe, iniciamos o processo de petróleo em 1997 e, na altura, quando se dizia que a exploração só iria acontecer cinco anos depois, dizíamos que era muito tempo de espera, mas, afinal, o tempo passou e já estamos em 2011 e até hoje não conseguimos ver o petróleo sair da terra ou sair do mar.

E isso tem sido algo de muito constrangedor para grande parte da população. As pessoas estão tanto ou quanto desanimadas porque o processo prolonga-se por muito tempo sem que afinal o petróleo deixe de ser uma miragem para os são-tomenses.

Como sabe, temos uma economia com muitos problemas e que necessita mesmo de um suporte como o petróleo para levar avante os grandes objectivos nacionais. O petróleo tarda e por isso mesmo justifica-se em certa medida este desânimo.

Já agora, gostaria de saber, porque sei que o processo em Timor já é também muito antigo com a Indonésia no passado e depois com a Austrália, mas gostaria de saber da sua parte qual foi a evolução que teve o processo e como está agora a exploração do petróleo em Timor-Leste.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste.

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste**: — Sr. Presidente, viemos aqui e não somos grandes executores em termos de conhecimentos, mas nos últimos dez anos temos aprendido muito por causa da nossa liderança.

Principalmente, nos últimos três a quatro anos a nossa liderança, particularmente com o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, tem dado à juventude timorense a liberdade de integrar-se nessa área e ter a confiança deles.

Temos vários técnicos que acabaram a universidade nessas áreas, mas houve um empurro, não para fazer erros, mas para entrarem e sentirem na pele. Foi uma grande coisa que se aprendeu muito rápido. São coisas que normalmente no país se aprende em vinte anos, mas conseguimos fazê-las em cinco anos.

Mas isso aconteceu com negociações, com muito esforço e também com apoio de assessores internacionais. A nossa experiência com assessores internacionais tem que ser muito bem gerida, porque não conseguem entender bem as necessidades do seu país. Esses assessores normalmente têm um bocadinho de medo de dar um passo grande a frente, porque também é a natureza do trabalho deles.

Mesmo ao fim do dia não querem correr muitos riscos, porque querem que os seus Currículo Vitae estejam sempre com uma boa imagem. Mas agora, tendo os próprios donos a frente daquilo, estaremos sempre prontos a dar um passo a mais e arriscar mais um bocadinho. No mundo de petróleo tem que se arriscar.

Agora, para explicar a onde está Timor-Leste hoje na área de petróleo é um exercício bastante grande. Mas vou tentar resumir o mais possível. É uma coisa que tenho feito e assim chegamos a um acordo em 2002. Em 1999 estava lá a Indonésia e Austrália, e já tínhamos identificado uma das jazidas. No tempo colonial os portugueses não queriam resolver as fronteiras marítimas com Austrália. Os australianos e os indonésios resolveram-se, mas Portugal não.

Pronto, aquilo foi-se andando e assinamos acordos em 2002 com a presença de Nações Unidas e com fortes negociações com a Austrália, chegamos a declarar uma área conjunta com a Austrália, que é administrada por uma autoridade designada naquele ano de 2002.

Os noruegueses tomaram conta daquilo com alguns directores australianos, porque o Timor-Leste ainda não estava. Também estava no acordo que depois de um certo tempo parece-me uns três anos a área conjunta tinha que ir para Timor-Leste, porque tinha que ser uma coisa soberana do Timor-Leste.

Não dizia mais nada, como aquilo iria ser feito, mas aquilo saiu das negociações e o que estava de baixo com Austrália e com a Indonésia de 50/50, aumentamos para 90 a favor de Timor-Leste e 10 para Austrália.

Hoje em dia ainda queixamos, porque achamos que aquilo é claramente 100% timorense. A Austrália conseguiu os 50/50 naqueles tempos, porque foi uma troca política em reconhecimento da presença da Indonésia em Timor-Leste pela Austrália e houve essa negociação. Mas isso foi o passado.

Então, a produção já tinha começado em 1998 debaixo da Indonésia e em 2002 transferimos aquilo, porque era uma jazida pequena e depois descobrimos outra maior, que chamamos hoje de *buindan*.

Fomos em frente e começamos com a produção de condensados. Depois em 2006 houve uma questão de gasoduto que foi para Darwin e nós da nova geração estamos a apresentar aquilo que os anteriores deviam ter negociado melhor para assegurar o gasoduto para Timor-Leste.

Mas pronto, as receitas começaram a entrar e ao mesmo tempo abrimos um fundo de petróleo em 2005 e agora já vai mais que cinco anos e hoje em dia temos um total de quase 8 biliões de dólares. Com um país pequeno, o número de zeros, também não conseguimos pensar como é aquilo. Então, são desafios. Quer dizer, muitos dizem que é um bom problema para ter, mas estamos agora com o problema de gastar dinheiro. A minha mulher diz que ela não tem esse problema.

Risos.

As coisas já estão, mas ainda estamos a negociar muitas coisas, especialmente, do conteúdo local, da maneira como os contratos foram feitos, tudo está a sair da Austrália. Naqueles tempos nós não dávamos muita atenção, mas aquilo é muito dinheiro nos «*goods and services*». Há oportunidades para emprego nas fábricas pequenas, então, agora estamos a lutar e a pensar nas infra-estruturas que estamos a fazer.

Então, uma jazida agora no fim deste ano vai entrar em produção, mas temos outra jazida também bastante grande que está em discussão na Austrália. Já foi identificada, agora, é sabermos como desenvolver aquilo. Inicialmente, os australianos queriam que o segundo gasoduto fosse para Austrália, mas estivemos a fazer todos estudos relevantes para desafiar as razões da Austrália e tem tido repercussões muito concretas, porque afinal seria tecnicamente e comercialmente viável se o gasoduto fosse para Timor-Leste.

Até podia ser melhor ainda, no sentido de entre o Timor-Leste e Austrália, estamos mais perto dos mercados do que Taiwan, Japão ou Coreia, estão a um dia de diferença. Os barcos fazem pouco tempo. Já temos capacidades para analisar as coisas até esse nível. Mas isso foi a atitude que tomamos. Fizemos um exercício de mapear os nossos mares nas profundidades em toda a costa sul, e sabemos aonde é que o gasoduto pode vir ou não.

Temos a capacidade de acompanhar estudos em breve, porque os timorenses em 2000 começaram a ir estudar e já estão a regressar. Um dos grandes programas que temos é mesmo o desenvolvimento de recursos humanos.

Estamos muito atentos que isso vai ser o grande segredo e uma grande força. Por exemplo, agora só no meu departamento tenho 200 estudantes à volta do mundo, a estudarem só matérias do *Abistrin*. Sendo geólogos, geofísicos, engenheiros, etc., ainda não entramos no comercial e mesmo quando vamos para as negociações levamos um grande grupo, mas são diferentes gerações, os que já têm uma experiência, essas coisas todas. É um exercício de desenvolvimento de recursos humanos que gasta mais de 2 milhões por ano, só no esboço de estudo de treinamento do pessoal.

Certamente, isso vai dar bons resultados no futuro para o país. Eventualmente vamos resolver o problema dessas jazidas, mas ainda temos mais de 60% de área para explorar. Timor-Leste é um país novo e ainda não temos um Tribunal de Contas. Um dos porquês é que não temos recursos humanos devido a questão de língua. Temos formados em direito, mas a maioria está na Indonésia.

A questão de língua está a ser um bocado problemática, e então o Tribunal de Contas está atrasado. Assim, estamos a ver os outros mecanismos internacionais, transparências. Por exemplo, hoje em dia, o nosso Orçamento do Estado está na *Internet, online*, ao vivo. Tudo o que o meu departamento gasta, 24 horas depois qualquer pessoa no mundo pode ter acesso e ver quanto gastamos, com o que gastamos, as transferências que se fazem entre categorias.

Isso põe um bocado de pressão para ter uma boa governação. Fazemos isso e no meio deste ano vamos fazer também o lançamento de provisionamento *online*. Agora, estamos um bocado mais avançados e estamos a pedir às agências internacionais para mostrarem as suas contas, e também a sociedade civil.

Agora vamos todos pelo caminho da transparência, não é?

Estes são exemplos e continuamos os desafios. A Polícia e Forças Armadas, tivemos problemas com a liderança de Xanana Gusmão e o Presidente Ramos Horta e uma oposição forte chefiada por *Mari Alkatiri*. O país, neste momento, está muito calmo. Nos últimos três anos houve um desenvolvimento económico bastante alto.

Nos dois anos passados, fomos o segundo do mundo, com 12% de crescimento económico. Quem foi a Timor-Leste há uns três ou quatro anos e vai hoje, verá que está muito desenvolvido. Estamos agora a planear os grandes projectos de infra-estruturas que estão relacionados com a área petrolífera, mas com o grande objectivo para ajudar o sector não económico. Estamos a falar de uma base para abastecimentos petrolíferos.

Temos muitas experiências. Falamos com algumas companhias, e todos dizem que Timor-Leste não dá para fornecer nada na área petrolífera. Em princípio discutimos durante as negociações e a nossa experiência é que se não está no contrato eles não fazem. Mas se está no contrato aquilo é feito. E com a pouca experiência que temos, vamos ter que criar situações para apertar as companhias. Quer dizer, podemos fazer isso porque temos umas verbas que já estão a entrar. O nosso Orçamento Geral de Estado está a volta de 1 bilião, mas isso está a decrescer. Agora, a capacidade para gastar o dinheiro com o sistema que temos, muitas vezes não chega 1 bilião, mas está previsto se o fundo de petróleo, só de uma jazida, talvez vamos ter um total daqui a dez anos de 24 biliões e se as outras funcionarem vamos ter mais, isso sem falarmos nos minerais. Então, a potência está bem para Timor-Leste.

Preocupamo-nos muito com a boa governação. Porque na ausência de tribunais com uma certa capacidade, mesmo a Polícia para implementar, não estou a dizer que não temos problemas. Temos problemas e podem piorar. Em resumo, estamos aqui com a nossa pouca experiência para ver como vamos partilhar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Secretário de Estado, por essas informações. Passo a palavra aos Srs. Deputados que queiram fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário de Estado que possa elucidar sobre a situação e também, a título comparativo vermos como aproveitar essas experiências em nosso proveito próprio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de associar a minha voz, dando as boas-vindas à Sua Excelência o Secretário de Estado de Timor e a delegação que o acompanha e dizer que estamos satisfeitos com a vossa presença e gostaríamos que se sentissem como se estivessem em Timor. Desejamos sucessos e felicidades todos si, para o povo timorense e para a delegação que o acompanha.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, também venho juntar a minha voz àqueles que me antecederam. Entretanto, tenho uma pergunta construtiva a fazer ao Sr. Secretário de Estado.

Fiquei com uma pequena preocupação em relação ao número que citou, sobre aquilo que vocês vêm beneficiando do petróleo. Disse que são 8 biliões de dólares que está no Banco. Mas esse dinheiro é para algum projecto em prol de Timor-Leste ou é uma reserva?

Se é uma reserva, qual é o fundo de petróleo que vocês utilizam actualmente para o vosso desenvolvimento? E ao mesmo tempo gostaria de saber se vocês já têm uma lei para as receitas petrolíferas. São, por agora, as perguntas que faço e depois acho que terei mais algumas de acordo ao tempo.

O Sr. **Presidente**: — Queria também fazer mais algumas perguntas.

Falou aqui da zona de desenvolvimento conjunto e nós temos uma zona com a Nigéria, mas essa zona decorreu de uma questão de delimitação fronteiriça, quer dizer que as fronteiras se encontravam nalgumas vezes, eram duvidosas.

Então, chegou-se ao acordo de se criar uma zona de exploração conjunta. Mas vejo que em Timor a exploração conjunta não decorre de fronteiras, mas sim decorre com Indonésia e Austrália. Os senhores têm o mesmo problema de delimitação de fronteiras? O que é que vos leva a fazer zonas de exploração conjunta?

Depois também falou de *Local Content* é algo muito importante para um país que tem petróleo. O petróleo não é uma questão só do Estado, é, sobretudo o aproveitamento que as empresas nacionais podem e devem fazer da exploração petrolífera.

Quer dizer que é necessário evoluir para que os privados nacionais se possam também assenhorar do petróleo. A que nível isso se passa em Timor-Leste? Queria também saber que companhias actuam no vosso país? Americanas? Francesas? Australianas? Indonésias? E, finalmente, gostaria de saber qual é a clientela que compra o vosso petróleo. O petróleo é exportado para que países actualmente?

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste**: — Sr. Presidente, para responder sobre o fundo de petróleo, diria que os noruegueses nos ajudaram a fazer esse instrumento. Todo o dinheiro relacionado com as actividades petrolíferas, impostos e taxas têm que ir directamente a uma conta bancária lá na América

Depois aquilo é gerido pelo Banco Central que ainda não temos. Esperamos criar um este ano e que tenhamos a responsabilidade de o gerir. Temos todos os mecanismos ali, temos os mecanismos da sociedade civil, mas esse fundo estará integrado para o Orçamento Geral do Estado. Temos uma redistribuição que só podemos tirar 3% do fundo da riqueza petrolífera.

Agora, o que é a riqueza petrolífera? É um cálculo que temos que fazer. É o dinheiro que temos no Banco mais o dinheiro que vem. É um cálculo que discutimos muito, porque amanhã não sei qual será o preço de barril. Estamos a fazer cálculos para 15 anos. A lei tal faz isso, assumimos 70 dólares por barril, então, fazem-se os cálculos ao nível da produção. Estamos sujeitos às companhias porque eles dizem quando é que o petróleo vai acabar. O desafio para Timor-Leste é com a Autoridade Nacional de Petróleo, para desenvolver a capacidade e verificar esses dados se estão andando.

De acordo com os cálculos, a grande jazida que temos vai terminar. A riqueza petrolífera hoje em dia tem um valor de 22 a 24 biliões. Tudo pode mudar no próximo ano. Depois tiramos 3% daquilo. Essencialmente temos o direito dos 3% de 23, 24 que são 600 milhões que também já são muito dinheiro. Mas também a lei diz que só pode tirar 3% e quem quer tirar mais de 3% tem que justificar bem, dizendo quais são as razões.

Isso é complicado, porque quem vai definir o que é justificado ou não?

Tivemos isso e a oposição disse que a justificação não era suficiente então, cabe ao Tribunal decidir.

A primeira vez que tiramos mais que 3% fomos ao Tribunal e o Governo perdeu e tínhamos que parar a utilização. Mas aquilo funciona.

No ano seguinte tivemos que ser mais prudentes e definir as coisas melhor, fomos novamente ao Tribunal, mas passou.

Agora, criamos dentro do OGE dois fundos para gerir melhor; um de capital e desenvolvimento humano, um grande problema que temos e outro fundo de infra-estruturas.

Esse dinheiro sai, mas com o projecto já, claro, e outra parte sai para todos os ministérios.

Enquadramentos legais já está tudo no lugar, porque os nossos blocos são feitos pelo processo de *tender*. Estão, tem que ter uma base legal bastante completa.

Agora, estamos a tentar ajustar essas leis para que a próxima ronda de execução dos blocos seja feita de maneira que tenhamos leis para dar mais vantagens a Timor-Leste. Principalmente, quando tocamos na transferência de tecnologia, essa coisa de *local content*. As situações mudam e as coisas têm que mudar.

Sobre a zona conjunta com a Austrália agora estamos a ter uma experiência muito semelhante, não é muito diferente. Não temos fronteiras definitivas. Concordamos para deixar para 50 anos. Sei que aqui também deixaram para 45 anos, depois de 30 anos vamos discutir aquilo. Portanto, foi uma solução temporária para dar oportunidade para explorar essas partes.

O que torna interessante é na área conjunta, como que aquilo é administrado. Aquilo pode ser um bocadinho interessante por causa do que estava no tratado. Esse governo que pertença, entramos, tipo de um assalto.

Pegamos na área conjunta, por exemplo, o Dino que é o Presidente da Autoridade Nacional de Petróleo não é só Presidente para a área exclusiva, mas também para a área conjunta.

Então, as coisas técnicas somos os primeiros a ter acesso e podemos obrigar as companhias e vimos que aquilo nos beneficiou muito. Porque antes disso tínhamos um timorense que não estava muito batido na área, mas os directores da área conjunta eram australianos e os directores tinham muito poder de deixar as coisas passar ou não. E faziam-no sem nenhum esforço e davam benefício para as companhias que estavam ao lado.

Sr. Presidente, nisso tem que ter cuidado, porque são milhões e milhões de dólares que um director pode decidir e não fazer, especialmente, quando a nossa capacidade técnica está lá. No fim do dia quando se assina, assina.

O Sr. **Presidente**: — Isso mudou ou continua ainda?

O **Orador**: — Não, isso mudou. Agora, chamamos as companhias e temos ali o poder. Simplesmente o poder, quem está com o poder no fim do dia, quem tem acesso àquelas informações.

Muita jogada é feita para tomar a vantagem, então entra também o *local content*.

Local content para nós é poder fazer o que queremos. Vamos tentar definir o que é *local content*. Muitos dizem que *local content*, o país não tem engenheiro, não tem o quê, então não se pode fazer nada no país, não é só isso.

Há muitas coisas que nós podemos, mas não temos, então faz-se o *local content* para esboço de estudos.

Falamos com o USA e mostramos um esboço do estudo. Eles têm um sistema credível de selecção. Até temos *local content* para fazermos uma biblioteca, porque ainda não temos uma biblioteca nacional. Estamos com a ideia de que essas companhias são bem geridas, não são doadores, mas são parceiros de desenvolvimento nacional. Eles têm muita capacidade de fazer muitas coisas. São bons gestores, é uma questão de gestão.

Por exemplo, queremos ter uma base de apoio petrolífero, estivemos a negociar com uma companhia italiana, ENI, muito grande, muito forte. Compreendemos que não os podemos obrigar a fazer um porto porque são coisas caras, mas já está nos contratos que no dia que o porto estiver pronto todo o apoio para essa nova jazida tem que ser feito no Timor-Leste.

Como o sector privado ainda não está capacitado vamos colocar verba para capacitar o sector privado de Timor-Leste. Mas, uma coisa que fazemos é o conteúdo local, há um assunto que criamos abaixo da autoridade nacional de petróleo, criou-se um comité, chamamos os ministérios relevantes, sentamos e gerimos dessa maneira.

Admito que temos uma fraqueza em Timor-Leste que é a coordenação entre os departamentos, está tudo muito ocupado em fazer o seu trabalho, então gere-se dessa maneira, mas é bastante transparente.

As companhias, temos mais que 20 companhias por lá; e são desde americanos,...

O Sr. **Presidente**: — São todas estrangeiras ou tem timorenses?

O **Orador**: — Timorenses não. Não envolvemos ainda, agora estamos a falar da companhia nacional de petróleo. Depois dessa visita chego lá na segunda-feira, e na quarta-feira vamos tentar aprovar a criação da companhia nacional de petróleo de Timor-Leste que se chama de *Timor Gás Petroleum*, abreviado, Timor GAP.

Era para aproveitar aquela história toda do Timor GAP para ter esse nome. É como aqui em São Tomé que tem a agência reguladora, fazem o seu trabalho regular e a companhia nacional de petróleo também vai estar

submetido nisso, mas o Secretário de Estado tem o poder de dar mais vantagens aqui e acolá. É essa jogada que temos.

Trabalhamos muito bem com as companhias grandes, mas as portas estão muito fechadas. Não ficamos à espera que vão abrir as portas para dar oportunidade para os técnicos nacionais trabalharem para adquirirem experiência. Então, vamos com esse instrumento.

Estão lá as companhias japonesas, malaisianas e indianas, que entram como consórcios, depois têm as suas coisas pequenas. A GAP também está lá, os coreanos, mas como consórcios. Cada consórcio traz três a quatro companhias, são companhias com capacidade.

Tem que ter muito cuidado com essas companhias porque são grandes, são fortes e muitas vezes dizem muita coisa que não reflectem a realidade, jogam-se os interesses, dão números que não são reais, mas dizem que são. São grandes companhias com muita reprodução, com toda a transparência do mundo.

Felizmente, temos aqui jovens que já conhecem essa coisa toda e quando sentamos com as companhias são coisas duras. Por exemplo, uma coisa que estamos agora a ter problemas, os helicópteros que andam a voar de Timor-Leste para o mar, não temos helicópteros, também não temos pilotos, há uma companhia que está a voar a 10 anos e não temos nenhum timorense que está a pegar naquele helicóptero.

Quando reclamamos, dizem que o contrato anterior foi assinado assim. Então, vamos procurar outras maneiras, porque temos que ter pilotos timorenses. Temos que ter muitos helicópteros, porque o País tem muita montanha e o nosso futuro é indústria e turismo. Vai depender muito de helicópteros, é isso que queremos ver. O que podemos tirar do petróleo para beneficiar a área que não é de petróleo.

O nosso objectivo é sempre isso. O quê que podemos tirar porque aquilo vai acabar, daqui a 50 anos ou 100 anos, hoje em dia, passa muito rápido. Jogamos dessa maneira.

Politicamente tem que ter um bocadinho de sensibilidade nessa área. Eu sou de um partido, mas os directores ali não querem saber a que partido pertenço. Mas digo se vocês precisam ficar votantes, concentram no vosso trabalho, podem ser militantes, mas melhor é ficarem votantes. Qualquer dia quando atingem os 40 anos e se quiserem entrar na política, entram.

Vou dar um exemplo: Cresci na Austrália e os técnicos australianos nem gostam de votar, nem querem ir para eleições, então o governo tem que multar quem não vai votar.

O que acontece com os meus técnicos. As 5 horas acabam o trabalho vão para a sede do partido, ficam ali, enquanto os técnicos australianos estão nos livros, a ficar *expert*, quando chegamos às negociações já sei quem vai perder.

Uma coisa que fazíamos muito. Não é fácil tentar discriminar só na capacidade das pessoas. Algumas vezes tem políticos com repercussão que os filhos são bem capacitados. Então, temos que recrutar quem tem capacidade, depois o pessoal do meu partido decidiu que tínhamos que começar uma coisa nova. Se entramos no caminho de haver mudanças de governo, os técnicos mudam ou então acabou a história.

Se vamos por esse caminho entrego tudo para as companhias internacionais e deixo-lhes gerir isso, porque leva muito tempo para treinar um técnico.

O Primeiro-Ministro Xanana Gusmão disse que para ter um timorense engenheiro que podemos confiar para trabalhar sozinho, leva sete, oito, até 10 anos. Cinco anos para curso, essa coisa toda. E leva-se 18 meses para soldar uma plataforma, essa é a realidade do petróleo.

A companhia mete para tirar aquilo muito rápido, mas para os recursos humanos então, esses são os desafios que Timor-Leste tem.

Mesmo na área de capacitação de recursos humanos temos várias experiências em mandar as pessoas para várias universidades, de diferentes línguas.

Por exemplo, Indonésia, Índia, são baratas, mas tem muita qualidade. Mesmo na Indonésia é um país com mais de 200 milhões de habitantes e com aquela experiência tem umas universidades que são boas mesmo ao nível mundial. Mandamos para lá, falamos a língua, mas depois temos o problema da língua inglesa. São coisas que temos que gerir.

A língua oficial é o português e o tétum, mas na área do petróleo declarei inglês, o que é inconstitucional. Quer dizer, não é bem inconstitucional, mas também é o *work language*, senão não dava. Aquela coisa técnica passa tão rápido, são coisas que temos que acompanhar, mas tudo leva muito tempo; perfurações, por mais rápido que queiramos, a situação não deixa, e cinco anos para as petrolíferas não é muito tempo.

O Sr. **Presidente**: — Uma questão que falou há bocado, do *local content*. Países como os nossos, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, países pequenos que não tem uma classe empresarial nacional forte, é quase incipiente, compreende? Tem problemas graves, na medida em que é preciso que o empresariado nacional intervenha no petróleo, através de companhias petrolíferas e outros trabalhos derivados do petróleo.

Houve aqui um seminário, há pouco tempo, em São Tomé, no ano passado, organizado com a participação de grandes companhias internacionais, onde essa questão foi discutida, a questão do *local content*. Até o nome em inglês não traduz muito aquilo que é a participação do empresariado nacional na matéria de petróleo.

Disse que não têm nenhuma companhia de petróleo timorense a agir no mercado do petróleo.

Mas, pelo menos, nos trabalhos derivados do petróleo há empresários que se dedicam a esta área?

Porque é necessário trazer os empresários nacionais de modo que o País possa apoderar-se gradual e progressivamente desta matéria do petróleo.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste**: — Sim, é o problema que estamos a atravessar agora, mas qual é a solução? Os empresários timorenses também não têm capital. Fica assim. Mas aqui onde vem a companhia nacional de petróleo com mandato para dar preferência aos empresários, surgiu a ideia de se criar uma companhia nacional com o mandato para isso. Depois vamos ver como aquilo vai nos ajudar. Mas, não podemos entrar nas perfurações e coisas muito complicadas, há outras coisas pequenas.

Não estamos a falar em tomates, alfaces, essas coisas todas. É muito dinheiro. Por exemplo, essas jazidas pequenas que agora temos, contratualmente, para construirmos um porto, uma base de apoio, são 150 milhões de dólares por ano. Já pedimos que comece já este ano, 10% tem que ser de Timor-Leste, de resto temos que obrigar as companhias um bocadinho, mas para não matar o negócio. Em geral, as companhias fogem dessas coisas e tem que apanhar desde os contratos, mas o conteúdo local bem gerido achamos que vai dar muito benefício.

Por acaso pode dar mais que aquele dinheiro todo que entra no banco e fica sentado ali.

O Sr. **Presidente**: — Do fundo que vocês têm sabemos que têm aplicações no estrangeiro. Falou-se da compra da dívida portuguesa, ...

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste**: — O dinheiro do fundo agora tem que ser pela lei, tem que se muito com *conservatives*, mas agora estamos a tentar mudar.

A população queixa que devia-se estar a investir. Então criamos esses dois fundos: as infra-estruturas para os recursos humanos para tirar o dinheiro e pôr ali, mas a maioria do dinheiro está lá fora, está com os *Americans Tibils*.

Com o dólar americano agora, somos católicos e rezamos muito para que nada aconteça, porque de um minuto para o outro poderemos ficar «limpos». Mudamos um bocadinho para o Japão, América.

Estamos com essa necessidade de criar esses fundos para fazer as estradas e os aeroportos.

Ontem, a Sr.^a Governadora do Banco Central fez-me essa pergunta, respondi-lhe que sou geólogo e não economista, para isso tinha outras pessoas. Mas é um problema sério!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Secretário de Estado, a classe privada de Timor-Leste tem acesso ao fundo de petróleo, para a aplicação em investimentos domiciliados em Timor-Leste, que não seja por via do OGE?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste.

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste**: — O Sr. Deputado está a falar de um assunto que estamos a abordar agora. Temos o BNU, um banco australiano, um banco indonésio, que estão a emprestar não mais que 15%, nos contratos que fizemos com os empresários timorenses tentamos facilitar.

Vamos criar um banco local para dar vantagem e vamos pôr ali um pouco de dinheiro para depois os empresários timorenses terem acesso ao crédito, porque ainda não temos um sector privado. É por isso que quando discutimos com o Sr. Primeiro-Ministro falamos do sector privado, ele também está preocupado com isso e pensamos que temos que desenvolver aquilo.

O governo tem grandes projectos que dá benefícios só para construções, para empresas locais, oportunidades para se desenvolverem. Agora estamos todos animados, somos todos empresários, mas vai agora abrir uma concorrência e os que talvez não dão, ficam fora do jogo e vão surgindo mais companhias.

Assim, vamos contra o Banco Mundial, contra o FMI, com essas ideias, porque como se desenvolve o sector privado? Eles trazem normas que não são aplicáveis em Timor-Leste.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Secretário de Estado, acho que esgotamos as perguntas. Quase que se sentiu num Tribunal com tantas perguntas.

Risos.

O Sr. **Secretário de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste**: — Estamos nos Tribunais quando estamos com as companhias e estamos a discutir...

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Bom, damos por terminada esta reunião e agradecemos a vossa presença e esperamos que Timor-Leste se possa desenvolver com o petróleo, que o saibam utilizar, estamos a espera que o nosso saia do solo para fazermos o mesmo.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 30 minutos.